

ANEXO VI

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM GERÊNCIA DE UNIDADE DE
SAÚDE**

**Rede de Atenção Primária e Estratégia de Saúde da Família - Município
Maricá**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a Organização Social INSTITUTO GNOSIS, inscrita no CNPJ sob o número 10.635.117/0001-03 vem atuando no gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, dos equipamentos destinados à Rede de Atenção Primária e Estratégia de Saúde de Família através do Contrato de Gestão n. 18/2020, celebrado em 27/02/2020 e termo aditivo vigente.

A natureza dos serviços prestados nas 31 unidades geridas, consiste na gestão da Atenção Primária, Saúde da Família e Saúde Bucal, NASF, Consultório na Rua e CAPS, bem como, das ações de Promoção, Vigilância em Saúde e de Educação.

Vale ressaltar o cuidado na Saúde Indígena, pactuado com as lideranças das aldeias – Mata Verde Bonita e Céu Azul, ambas da mesma etnia Guarani-Mbyá - e não difere na sua essência da competência que é designada às demais equipes de referência das UBSs tradicionais. O diferencial consiste em relativizar as culturas que nos permeiam.

Informamos que as unidades têm sido geridas com excelente nível técnico e ético, assegurando a prestação de um serviço de qualidade à população maricaense.

Maricá - RJ, 24 de julho de 2023.

Solange Regina de Oliveira

Secretária de Saúde de Maricá

Secretaria Municipal de Saúde
Av. Roberto Silveira, 46 - 3º andar
Tel: (21) 2637-2667



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

www.marica.rj.gov.br

CONTRATO Nº 18/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO MARICÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS E INSTITUTO GNOSIS, COM VISTAS À GESTÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS À SAÚDE DE FAMÍLIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 04.311.955/0001-10, com sede na Rua Roberto Silveira, 46, 3º andar, Flamengo, Cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Simone da Silva Costa Massa, Médica, portadora da Carteira de Identidade nº 52 59431-1 (CRM-RJ) e inscrita no CPF sob o nº 013.136.727/77, e de outro lado **INSTITUTO GNOSIS**, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, CNPJ nº 10.635.117/0001-03, com endereço na Avenida das Américas, 11889, sala 302, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por seu representante legal, Miguel Vieira Dibo, portador(a) da Cédula de Identidade nº 063428569, expedida pelo IFP/RJ e inscrito(a) no CPF nº 771.855.957-20, doravante denominada CONTRATADA, com fundamento na Lei Municipal nº. 2.786, de 14 de dezembro de 2017 e Decreto Municipal nº. 148/2018, de 09 de abril de 2018, resolvem celebrar **CONTRATO DE GESTÃO** para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidas na Rede de Atenção Primária à Saúde nos 04 Distritos do município de Maricá, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto a gestão das atividades e dos serviços de saúde, pela CONTRATADA, da Rede de Atenção Primária em Saúde e da Estratégia de Saúde da família no âmbito do município de Maricá, cujas metas físicas para implantação e manutenção estão definidas no ANEXO XI—"Cronograma



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

de Desembolso e Metas Físicas” do referido Edital, em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas no Chamamento Público nº 002/2019, e respectivo Plano de Trabalho, bem como com a proposta da CONTRATADA, que passam a integrar o presente contrato independentemente de transcrição.

Parágrafo Único: O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos documentos relacionados nesta cláusula, observando-se, ainda, o seguinte:

- I especificação do programa de trabalho, estipulação das metas a serem atingidas e respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;
- II estipulação dos limites e critérios para a despesa com a remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das Organizações Sociais, no exercício de suas funções;
- III disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;
- IV vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;
- V atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde.
- VI o orçamento, o Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Físicas e as fontes de receita para a sua execução (Anexo V do Edital e Anexo E do Contrato de Gestão);
- VII vinculação dos repasses financeiros que forem realizados pelo Poder Público ao cumprimento das metas pactuadas no contrato de gestão;
- VIII discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver, conforme específico do contrato de gestão;
- IX em caso de rescisão do contrato de gestão, do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação da entidade, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Maricá, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município do Maricá, na proporção dos recursos e bens por este alocados. Para o patrimoniamiento de bens, deve constar o número do CNES/Ministério da Saúde da referida unidade de saúde na placa do patrimônio ao qual está alocado o referido bem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 São da responsabilidade da CONTRATADA, além daquelas obrigações constantes das especificações técnicas do Edital e Anexos, que deste ficam fazendo parte integrante, as estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal e municipal que regem a presente contratação, as seguintes:

2.1.1. Prestar os serviços de saúde questão especificados nos Anexos Técnicos de acordo com o estabelecido neste contrato e nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS – Sistema Único de Saúde -, especialmente o disposto no Decreto-Lei nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990; a Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:

- I universalidade de acesso aos serviços de saúde;
- II integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde existentes no Município;
- III gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- IV preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- V igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- VI direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- VII divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

utilização pelo usuário;

VIII fomento dos meios para participação da comunidade por intermédio de Conselhos Gestores Locais e demais fóruns de participação popular;

IX prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

2.1.2. Na prestação dos serviços descritos no item anterior, a CONTRATADA deverá observar:

I Respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

II Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

III Respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

IV Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;

V Garantia do direito de assistência religiosa e espiritual aos pacientes, por ministro de qualquer culto religioso;

VI Esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços oferecidos.

VII Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;

VIII Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual;

IX Receber médicos residentes vinculados à COREME da SMS ou a universidades conveniadas.

2.2. Apoiar a integração territorial dos equipamentos de saúde dos Distritos de Planejamento Local, visando à melhoria e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde pública.

2.3. Estabelecer controle e a apuração da frequência dos funcionários contratados pelas Organizações Sociais, com contrato de gestão celebrados com a Secretaria Municipal de Saúde- SMS, por meio de Registro Biométrico de Ponto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- 2.4. Efetivar contratação de serviços de natureza continuada como limpeza, segurança, conectividade, serviços de apoio diagnóstico de atenção primária como radiografia com laudo, ultrassonografia com laudo para apoio às equipes de Saúde da Família; prestação serviços de oftalmologia de atenção primária como, refração ocular e de retinografia digital; prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, além de todo e qualquer serviço que impacte positivamente no alcance de indicadores e das metas, desde que não impliquem na cessão parcial ou total do objeto deste contrato, viabilizados pela economicidade e a eficiência financeira do CONTRATO DE GESTÃO, desde que apresentados em plano de aplicação, em conformidade com o programa de trabalho e com o regulamento próprio para a contratação de obras, serviços e compras.
- 2.5. Prestar assistência em situações de surto ou emergência em Saúde Pública declaradas pela SMS.
- 2.6. Apoiar e integrar o complexo regulador da SMS.
- 2.7. Utilizar processo seletivo para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias.
- 2.8. Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias e/ou específicas sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes.
- 2.9 Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante pacientes por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados à CONTRATADA e também por danos materiais e morais oriundos de ações por erros médicos além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiro.
- 2.10 Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos que entender pertinentes.
- 2.11. Manter em seus quadros técnicos para a gestão, profissionais com a qualificação mencionada no Edital de Convocação Pública, item 4.1, (e).
- 2.12 Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, seguido pelo nome designativo "Com os logos oficiais do Município,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Secretaria Municipal da Saúde e do Sistema Único de Saúde, Organização Social", devendo afixar aviso, em lugar visível, de sua condição de entidade qualificada como Organização Social, e dos serviços prestados nessa condição pertencem ao Sistema Único de Saúde sendo vedada a cobrança ao usuário;

2.13 Apoiar e promover a realização de pesquisas com pacientes, desde que haja aprovações prévias da Comissão de Ética e Pesquisa da Comissão de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal da Saúde e do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa;

2.14 Administrar os bens móveis e imóveis, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade como disposto nos respectivos termos de cessão/permissão de uso que deverão definir as responsabilidades da CONTRATADA, até sua restituição ao Poder Público, bem como realizar adaptações/reformas com a anuência deste nas Unidades já existentes;

2.14.1 A permissão/cessão de uso, mencionada no item anterior, deverá ser realizada mediante a formalização de termo específico, após detalhado inventário e identificação dos referidos bens.

2.14.2 O termo especificará os bens e o seu estado de conservação e definirá as responsabilidades da CONTRATADA quanto à sua guarda e manutenção.

2.14.3 A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão/cessão de uso, e as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público.

2.14.4 Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeitas condições;

2.14.5 Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que por ventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos deste Contrato, serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município de Maricá, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar à SMS a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens;

2.14.6 Estabelecer controle de acesso às dependências, como forma de contribuir para a segurança patrimonial e pessoal dos usuários do SUS que estão sob sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

responsabilidade, bem como a de todos aqueles que trabalham nas unidades;

2.14.7 Inventariar todos os bens móveis e imóveis permanentes, devendo apresentar relatórios trimestrais com as especificações de todos os bens cujo uso lhe foi permitido, bem como aqueles adquiridos com recursos oriundos deste CONTRATO DE GESTÃO, observando as normas de gestão de patrimônio editadas pelo Contratante;

2.14.8 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias aos da sua ocorrência, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas ou as doações que forem recebidas;

2.14.9 Disponibilizar ao Contratante, para que sejam incorporados ao seu patrimônio, nas hipóteses de sua extinção/dissolução ou desqualificação, as doações e os legados eventualmente recebidos em decorrência das atividades executadas neste CONTRATO DE GESTÃO, bem como todos os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução;

2.14.10 Por à disposição do Contratante, para que sejam revertidos ao seu patrimônio, nas hipóteses de desqualificação ou extinção da entidade e de rescisão deste ajuste de parceria, os bens cujo uso foi permitido, bem como o saldo de quaisquer dos recursos financeiros recebidos daquele em decorrência do CONTRATO DE GESTÃO;

2.14.11 Utilizar os bens móveis adquiridos com os recursos provenientes do contrato de gestão exclusivamente na sua execução, devendo a respectiva titularidade ser transferida de imediato ao Contratante;

2.15 Utilizar sistema informatizado para execução das atividades de gestão assistencial, administrativa e econômico-financeira, permitindo o acesso de profissionais previamente indicados pela CONTRATANTE;

2.15.1 O sistema utilizado pela CONTRATADA deverá permitir customizações que possibilitem sua integração com outros sistemas que a CONTRATANTE já utilize ou outros que venha a utilizar durante a vigência deste contrato;

2.15.2 Alimentar o Painel de Gestão de Parcerias com Organizações Sociais: instrumento institucional de acompanhamento, avaliação e controle dos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde e as Organizações Sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

para o gerenciamento de unidades e programas de saúde.

2.15.3 Considerar os setores censitários (Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 2010) dos bairros/comunidades que integram o objeto deste contrato de gestão, utilizado dados atualizados durante o cadastramento realizado pelos agentes comunitários de saúde.

2.15.4 Promover oficinas e territorialização com georreferenciamento das micro áreas em conjunto com a SMS.

Parágrafo Primeiro: Para atender a Lei Federal nº 12.527/11 – Lei da Transparência, a CONTRATADA compromete-se a manter em seu site, na internet, um portal de transparência em que, obrigatoriamente, sejam mostrados:

- O Contrato de Gestão e seus eventuais aditivos;
- O seu regulamento de contratação de bens e serviços;
- Todos os contratos que tenha assinado;
- Seus registros contábeis, balanços e balancetes e demais demonstrativos contábeis, mensais e anuais ou de outras periodicidades;
- Relatórios mensais e anuais de suas ações e atividades e outros que tenham produzido;
- Atas de suas reuniões;
- Regulamento de contratação de pessoal;
- Procedimento seletivo simplificado, com critérios técnicos e objetivos, para recrutamento e seleção dos empregados;
- Resultados dos processos seletivos simplificados;
- Relação dos membros da diretoria e das chefias de seu organograma;
- Pareceres técnicos e jurídicos sobre assuntos relacionados à execução deste contrato que tenham sido emitidos.
- Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

Parágrafo Segundo: Com o objetivo de aperfeiçoar a prestação de contas e reduzir



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

riscos inerentes ao contrato, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a contratada deverá instituir “**programa de integridade**”.

2.15.3 Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e desvantagens de qualquer natureza de dirigentes e empregados das Organizações Sociais;

2.15.4 Providenciar a negociação e celebração de acordos coletivos de trabalho vinculados ao cumprimento das metas estipuladas, à redução interna dos custos ou ao aumento da produtividade da instituição, sempre compatíveis com o praticado no mercado de trabalho.

2.16. Restituirá o Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores repassados, em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social;

2.16.1 Na ocorrência do acima exposto, a CONTRATADA deverá transferir, integralmente, à CONTRATANTE, os legados ou doações que lhe foram destinados, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados nos equipamentos de saúde, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde constantes deste Contrato de Gestão.

2.17. Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da Instituição Executora, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando o Município de quaisquer obrigações, presentes ou futuras, desde que os repasses de recursos financeiros tenham obedecido ao cronograma estabelecido entre as partes.

2.17.1. Uma vez constatada a existência de débitos previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, que resulte no ajuizamento de reclamação trabalhista, com a inclusão do Município do Maricá no polo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

2.17.2 A retenção prevista no item 2.17.1 será realizada na data do conhecimento





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

pelo Município do Maricá da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

2.17.3. A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

2.17.4. Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no item anterior o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.

2.17.5. Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

2.18. Abrir conta corrente bancária específica e exclusiva para movimentação dos recursos provenientes do presente Contrato e manter em boa ordem e guarda todos os documentos Originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do contrato, além de disponibilizar extrato mensalmente à SMS e a Coordenação da REDE DE ATENÇÃO BÁSICA

2.19. Dispor de suficiente nível técnico-assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam o maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda.

2.20. Não estar sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu titular para firmar este CONTRATO DE GESTÃO com a SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

2.21. Comprometer-se a manter neste contrato de gestão para as unidades de saúde, profissionais com a qualificação mencionada no Edital de Convocação Pública.

2.22. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com material.

2.23 Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros ou resultados entre seus diretores ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

empregados.

2.24 Cooperar integralmente com as demandas do grupo de transição criado para esse fim, por meio da indicação de representantes e de disponibilização de quaisquer informações relacionadas à execução do contrato solicitadas CONTRATANTE no caso de rescisão contratual ou término de vigência.

2.25 Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação para análise e consulta do Poder Público;

2.26 Permitir, permanentemente, o amplo e irrestrito acesso à documentação contábil e financeira, bem como a qualquer documentação, da entidade como um todo, e à decorrente do contrato de gestão, aos órgãos de Controle Interno e Controle Externo do Poder Público Municipal;

2.27 Produzir, guardar e fornecer quaisquer dados e informações solicitados pela CONTRATANTE, na forma e periodicidade por esta determinadas;

2.28 Comprometer-se a guardar sigilo de todas as informações assistenciais ou de cunho administrativo relacionadas à execução do presente Contrato, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo-as a terceiros somente com a prévia autorização da CONTRATANTE ou sob sua demanda;

2.29 Não estar sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal para firmar este Contrato de Gestão com a CONTRATANTE;

2.30 Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 dias, conforme art.55, XIII e 58, III da Lei 8.666/93.

2.31 Elaborar e publicar, no site oficial do Município de Maricá e no Jornal Oficial do Município (JOM), no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura deste Instrumento, os regulamentos próprios da CONTRATADA, contendo os procedimentos que adotará para contratações de recursos humanos, financeiros e de aquisição de bens, serviços e obras necessários à execução deste Contrato, realizados com emprego de recursos provenientes do Poder Público, devendo os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

mesmos ser previamente aprovados pelas Comissões de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira deste Contrato de Gestão e pela CONTRATANTE, não havendo obrigatoriedade de que os processos de contratação e compras, a serem executados pela CONTRATADA, sigam a legislação específica aplicada à Administração Pública, bastando que os procedimentos sejam análogos àqueles aplicáveis à CONTRATANTE, com observância aos princípios que regem a Administração Pública;

2.32 Cumprir rigorosamente as normas do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação;

2.33 Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos profissionais que executam o objeto da parceria, por meio de registro de ponto e de frequência;

2.34 Manter, durante a execução deste CONTRATO DE GESTÃO estrutura administrativa compatível com as obrigações de regularidade exigidas no Chamamento Público;

2.35 Apresentar semestralmente à Comissão a ser instituída pelo Contratante a prestação de contas correspondente ao período, a qual deverá seguir acompanhada das notas fiscais de contratações, compras e serviços, certidões negativas de débitos perante as Fazendas Públicas estadual, federal e municipal, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e da justiça do trabalho de seus contratados e fornecedores, bem como a relação das demandas em que figure como réu, além de decisões judiciais que lhe foram desfavoráveis e os valores das respectivas condenações;

2.36 Responsabilizar-se pelo pagamento de indenização qualquer que seja sua natureza decorrente de ação ou omissão, dolosa ou culposa, que seus agentes causarem ao Contratante, aos destinatários dos serviços e/ou a terceiros;

2.37 Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer intercorrência mais expressiva ou os fatos capazes de redundar em pedido de indenização;

2.38 Realizar periódica pesquisa de satisfação junto aos destinatários dos serviços, objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, com envio semestral de seus resultados ao Contratante;

2.39 Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

pela Comissão de Avaliação e/ou demais órgãos encarregados do controle, da fiscalização e da regulação relativamente às atividades, operações, contratos, documentos, registros contábeis e demais assuntos que se mostrarem pertinentes;

2.40 Contratar empresa de auditoria independente para auditar suas contas, para tanto emitindo relatório conclusivo e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, cujos custos serão previamente autorizados pelo órgão supervisor;

2.41 Permitir livre acesso aos livros contábeis, papéis, documentos e arquivos concernentes as atividades e operações objeto deste CONTRATO DE GESTÃO pelo pessoal técnico dos demais órgãos de controle interno e externo, quando em missão de fiscalização, controle, avaliação ou auditoria;

2.42 Restituir à conta do Contratante o valor repassado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, contados data do seu recebimento, quando as prestações de contas parciais e finais forem apresentadas extemporaneamente e/ou não forem aprovadas;

2.43 Manter por 05(cinco) anos, contados da análise da prestação de contas pelos órgãos de controle, os registros, os arquivos e os controles contábeis concernentes a este CONTRATO DE GESTÃO;

2.44 Remeter imediatamente ao órgão supervisor e à Procuradoria Geral do Município as intimações e as notificações administrativas e/ou judiciais que o PARCEIRO PÚBLICO tenha interesse, com o concomitante encaminhamento das informações, dos dados e documentos necessários para a defesa dos interesses do Município de Maricá, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal daquele que deixar de fazê-lo ou se o fizer fora do prazo;

2.45 Encaminhar à Secretaria de Saúde os requerimentos e/ou notificações extrajudiciais que versem sobre fatos relacionados à unidade pública sob seu gerenciamento, independentemente da data de sua ocorrência;

2.46 Efetivar os pagamentos dos serviços de água, luz e telefone da unidade pública sob sua gestão, bem como os encargos incidentes, observando em todo caso a data de vencimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

2.47 Atender as metas pactuadas e definidas neste CONTRATO DE GESTÃO;

2.48 Encaminhar trimestralmente à Secretaria de Saúde o planejamento das ações que serão executadas no trimestre seguinte e os resultados das que foram executadas no trimestre anterior;

2.49 Garantir aos usuários o acesso gratuito às ações e as atividades objeto da presente parceria, sendo-lhe vedada a cobrança de quaisquer contribuições ou taxas;

2.50 Analisar a viabilidade técnica e/ou econômica na continuidade dos contratos e outros ajustes firmados anteriormente pelo Contratante e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura deste CONTRATO DE GESTÃO, manifestar-se quanto ao interesse em mantê-los;

2.51 Publicar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras e admissão de pessoal, com emprego de recursos provenientes do poder público, o qual deverá ser previamente aprovado pela Controladoria e Procuradoria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Para execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

3.1.1 Disponibilizar à CONTRATADA os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste Contrato e em seus anexos;

3.1.2. Garantir os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato, no Plano de Trabalho específico, fazendo o repasse mensal os termos do Anexo Técnico VI I – Cronograma de Desembolso e Metas Físicas do Edital do processo seletivo e Anexo E – Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão.

3.1.2.1. Programar no orçamento do Município, para os exercícios subsequentes ao da assinatura do presente Contrato, os recursos necessários, para fins de custeio da execução do objeto contratual;

3.1.3 Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante termo de permissão de uso. Para a formalização do termo, a CONTRATANTE deverá inventariar, avaliar e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

identificar previamente os bens;

3.1.4 Analisar, anualmente, a capacidade e as condições da Organização Social para a continuidade da prestação dos serviços, com vistas à identificação do seu nível técnico- assistencial;

3.1.5 Acompanhar a execução do presente Contrato de Gestão, através das Comissões de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização Financeira do Contrato de Gestão e Comissão de Avaliação e Desempenho do Contrato de Gestão (CADCG), com fulcro no estabelecido no presente Contrato e respectivos anexos.

3.1.6 Acompanhar a execução do presente Contrato de Gestão, através da Secretaria Municipal de Saúde e seu respectivo Conselho Municipal de Saúde.

3.1.7 Caberá à Coordenação de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde a definição das áreas de abrangência das unidades de saúde, das equipes de atenção primária bem como das micro áreas dos agentes comunitários de saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 As Comissões de Acompanhamento, Avaliação, Fiscalização Financeira e de Desempenho do CONTRATO DE GESTÃO procederão à avaliação trimestral do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório conclusivo que deverá ser encaminhado em duas vias ao Secretário Municipal da Saúde, em meio digital, e ao Conselho Municipal de Saúde.

4.2 Em sua análise, as Comissões deverão observar os seguintes aspectos:

4.2.1 Toda a contabilidade deste contrato será analisada pela Comissão de Avaliação que poderá se valer de terceiros para assessorá-los;

4.2.2 A despesa considerada imprópria e realizada no curso deste contrato será objeto de apuração mediante a adoção de medidas que assegurem ao PARCEIRO PÚBLICO a ampla defesa e o contraditório;

4.2.3 Notificado o Contratado sobre a hipótese de existência de despesa considerada imprópria, este poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados do recebimento do aviso, apresentar justificativa ou providenciar a regularização;

4.2.4 Serão consideradas impróprias as despesas que, além de ofenderem os



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

princípios da legalidade, moralidade e economicidade, não guardarem qualquer relação com os serviços prestados, como por exemplo: festas de confraternização de empregados; repasses de multas pessoais de trânsito; distribuição de brindes e custeio de atividades não condizentes com o objeto contratual;

4.2.5 Os resultados atingidos com a execução deste contrato deverão ser analisados trimestralmente pela Comissão de Avaliação que norteará as correções que forem necessárias para garantir a plena eficácia do presente CONTRATO DE GESTÃO;

4.2.6 O Contratado apresentará semestralmente ou sempre que recomendar o interesse público a prestação de contas, mediante relatório da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e as receitas efetivamente realizados;

4.2.7 Os responsáveis pela fiscalização deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, comunicação imediatamente a autoridade supervisora da área correspondente, ocasião em que se dará ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Controladoria Geral do Município para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária;

4.2.8 Sem prejuízo da medida a que se refere o subitem anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização informarão imediatamente à autoridade supervisora da área correspondente que deverá representar à Procuradoria Geral do Município, para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio Público;

Parágrafo Primeiro: A avaliação de que trata o “*Caput*” desta cláusula restringir-se-á aos resultados obtidos na execução do Contrato de Gestão, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, e seu confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades.

Parágrafo Segundo: A Comissão de Avaliação e Desempenho do Contrato de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Gestão referida nesta cláusula deverá elaborar relatório trimestral ou a qualquer momento definido pela CADCG em duas vias, cujas cópias deverão ser encaminhadas para a SMS e ao Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo Terceiro: O CONTRATO DE GESTÃO prevê a possibilidade de o Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Jornal Oficial do Município (JOM).

Parágrafo Quarto: No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do contrato de gestão, a Comissão de Avaliação deverá encaminhar relatório ao Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO será de 24 (vinte quatro) meses, iniciando-se a vigência a partir de sua assinatura, com prorrogações sucessivas, até o limite de 60 (sessenta) meses, após demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas, se atingidas, pelo menos, oitenta por cento das metas físicas definidas no Edital do processo seletivo, no ANEXO V - Cronograma de Desembolso e Metas Físicas, para o período anterior, através de Termo Aditivo.

Parágrafo Único: A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO DE GESTÃO deverá ser iniciada imediatamente após o recebimento da Ordem de Início, pela CONTRATADA, e realizada ininterruptamente durante todo o prazo contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato especificados nos Anexos Técnicos, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA os valores definidos no Edital do processo seletivo no Anexo V – Cronograma de Desembolso e Metas Físicas e Anexo E – Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, totalizando para o período de 24 (vinte e quatro) meses, o valor de **R\$ 239.923.480,61**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

(duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e um centavos). As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Programa de Trabalho: 20.02.10.301.0004.2157; 20.02.10.122.0013.2157;

Elemento de Despesa: 3.3.3.5.0.39.00.00.00; 3.4.4.5.0.39.00.00.00;

Origem do Recurso: 236; 206; 202; 232; 100;

Nota de Empenho: 208/2020; 209/2020; 210/2020; 211/2020; 212/2020; 213/2020; 214/2020; 215/2020

Parágrafo Primeiro: Os recursos transferidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA serão mantidos por esta em conta especialmente aberta, conforme item 2.18 deste contrato, para a execução do presente Contrato de Gestão. Os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados.

Parágrafo Segundo: Fica facultado à organização social como Unidade do Sistema Único de Saúde solicitar o ressarcimento pelas operadoras, as quais alude o art.1º da Lei 9656/98 de 03 de junho de 1998, os valores a serem ressarcidos não serão inferiores aos praticados pelo SUS e nem superiores aos praticados pelos planos e seguros.

Parágrafo Terceiro: Todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, através de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo Quarto: Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização.

Parágrafo Quinto: A CONTRATADA deverá movimentar os recursos que lhe forem repassados pela CONTRATANTE em conta corrente específica e exclusiva, de modo a que não sejam confundidos com os recursos próprios da entidade qualificada como



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

OS contratada para a execução do presente Contrato. Os respectivos extratos de movimentação mensal deverão ser encaminhados mensalmente à CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto: Os recursos repassados à CONTRATADA, quando não utilizados, poderão ser aplicados em caderneta de poupança, desde que os resultados dessa aplicação se revertam, exclusivamente, aos objetivos deste Contrato e, preferencialmente, a títulos de investimentos.

Parágrafo Sétimo: Despesas administrativas serão aquelas geradas para a execução, fiscalização e supervisão do desenvolvimento do objeto contratual.

Parágrafo Oitavo: A cobrança de qualquer taxa de administração é vedada.

Parágrafo Nono: O montante de recursos previstos e repassados a contratada a título de provisionamento deverão ser depositados em conta específica, preferencialmente em conta de poupança, que só poderá ser movimentada com prévia autorização da Subsecretaria de Gestão da SMS/MARICÁ, ficando vedada a utilização desses recursos para custear despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DO REPASSE

O valor do REPASSE será corrigido anualmente, a partir da inflação acumulada entre a data-base e a data do novo reajuste, sendo corrigida conforme a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme a seguinte fórmula:

$$VRR = VR \times \frac{IPCA1}{IPCA0}$$

Onde:

VRR - é o valor do REPASSE mensal reajustado;

VR- é o valor do REPASSE, correspondente ao valor mensal definido pela PROPOSTA ECONÔMICA da Organização Social de Saúde.

IPCA0- é o Índice Geral de Preços –relativo ao mês anterior à data –base de reajuste, ou seja, do mês anterior ao de assinatura contratual;

IPCA1 - é o Índice Geral de Preços - relativo ao primeiro mês anterior ao da data de reajuste.

Parágrafo Primeiro: O primeiro reajuste será realizado após 12 (doze) meses de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

vigência contratual, sendo nele considerada a variação ocorrida desde a data-base até a data deste primeiro reajuste.

Parágrafo Segundo: Os valores que compõem o REPASSE serão reajustados anualmente no mês referente ao pagamento da primeira parcela, em caso de prorrogação do presente ajuste.

Parágrafo Terceiro: A data-base a ser considerada para fins de reajuste do REPASSE é definida como sendo a data de assinatura contratual.

Parágrafo Quarto: Em caso de extinção do índice adotado para fins de reajuste, deverá ser adotado o índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Quinto: Em caso de dúvida quanto ao índice substituto, qualquer das Partes poderá enviar consulta à organização responsável pela publicação do índice, que indicará outro índice com abrangência similar, a ser adotado em substituição aquele extinto.

Parágrafo Sexto: A documentação referente a esta consulta será juntada à memória de cálculo do reajuste.

Parágrafo Sétimo: O cálculo do reajuste dos valores do REPASSE será elaborado pela CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o envio do documento de cobrança.

Parágrafo Oitavo: Os reajustes serão aplicados automaticamente não sendo necessária homologação por parte da Prefeitura Municipal de Maricá, salvo se esta publicar, na imprensa oficial, até o prazo de 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da fatura, razões fundamentadas para referida rejeição, oportunidade em que se buscará a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do ajuste por outras formas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE REPASSE

Os valores dos pagamentos, fixos e variáveis, o número de parcelas e as respectivas condições, estão definidos no Anexo XI – Cronograma de Desembolso, e Metas Físicas e Anexo E – Cronograma de Desembolso do Contrato de Gestão, totalizando para o período de 24 (vinte e quatro) meses, de **R\$ 239.923.480,61 (duzentos e trinta e nove milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e oitenta**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

reais e sessenta e um centavos)

Parágrafo Primeiro: A parcela correspondente ao primeiro trimestre do cronograma de desembolso será creditada como primeiro aporte de recursos financeiros. A competência da execução financeira é sempre de 01 a 31 de cada mês.

Parágrafo Segundo: O repasse será creditado em conta bancária da CONTRATADA exclusiva para movimentação do contrato de gestão.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deverá ser apresentada pela CONTRATADA mensalmente, até 10 (dez) dias do mês subsequente e far-se-á por meio de relatório pertinente à execução deste Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizados.

Parágrafo Primeiro: A prestação de contas poderá ser exigida pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, desde que ocorram fatos ou circunstâncias excepcionais, cuja defesa e preservação do interesse público recomendem a exigência fora do prazo previsto no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Durante todo o prazo contratual, e sempre juízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONTRATADA obriga-se a:

- I Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste Contrato de Gestão e que possa constituir causa de intervenção, caducidade ou, ainda, rescisão do CONTRATO;
- II Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem, de modo relevante, o normal desenvolvimento da prestação do serviço, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas externas, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Parágrafo Terceiro: Além da Prestação de Contas prevista no caput desta cláusula, deverá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE as seguintes informações, até o dia 10 do mês subsequente aos períodos relacionados:

- I Relatórios anuais contábeis e financeiros de sua situação contábil, incluindo, entre outros itens, o balanço e a demonstração de resultado correspondente ao exercício encerrado;
- II Relatório de Cumprimento de Metas a cada trimestre;
- III Relatórios referentes aos Indicadores de Desempenho e Qualidade estabelecidos para a Unidade, a cada trimestre;
- IV Relatório Anual de Custos;
- V A cada trimestre, censo de origem dos usuários atendidos na unidade prevista no objeto deste contrato, a iniciar após 3 (três) meses de vigência do Contrato de Gestão;
- VI Pesquisa de Satisfação de usuários e acompanhantes, a cada trimestre.

Parágrafo quarto: A CONTRATADA deverá ainda:

- I apresentar, em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, o Relatório da Administração, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Fundos e as Notas Explicativas, com destaque para as Transações com Partes Relacionadas, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, caso tenha atuado.
- II Apresentar, no prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Maricá, outras informações adicionais ou complementares que está, razoavelmente e sem que implique ônus adicional para a Organização Social de Saúde, venha formalmente solicitar.

Parágrafo Quinto: Os relatórios e informações previstos nos parágrafos anteriores deverão integrar bancos de dados em base informática, ao qual será assegurado acesso irrestrito, em tempo real, pela Prefeitura Municipal de Maricá e aos órgãos de controle internos e externos da Administração Pública.

Parágrafo Sexto: As vias originais dos relatórios previstos nos itens anteriores, após analisadas e tomadas as providências cabíveis, pela Prefeitura Municipal de Maricá,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

serão arquivadas pela OS.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como os seus anexos, poderão ser anualmente atualizados e revistos, mediante prévia justificativa por escrito que conterá a declaração de interesse de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: A alteração do presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como dos anexos que o integram deverá ser submetida à autorização do Secretário Municipal da Saúde, após parecer fundamentado da Comissão de Avaliação e Desempenho do Contrato de Gestão.

Parágrafo Segundo: Os anexos que compõem este CONTRATO DE GESTÃO, em razão de seu caráter transitório, são passíveis de adequação e atualização, afim de contemplar novas diretrizes do Sistema Único de Saúde, vigentes nos novos períodos de contratualização, assegurando os direitos da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: À CONTRATANTE será permitida a alteração do CONTRATO DE GESTÃO para melhor adequação às finalidades de interesse público ou para adequação técnica do projeto aos seus objetivos, assegurados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente Contrato de Gestão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro: Verificada qualquer das hipóteses ensejadoras de rescisão contratual prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Poder Executivo providenciar á revogação dos Termos de Permissão de Uso dos bens públicos e da cessão dos servidores efetivos à disposição da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATADA direito à indenização sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no §2º, do art. 79, da Lei supracitada.

Parágrafo Segundo: A rescisão contratual de que trata o parágrafo primeiro dar-se-á porá toda Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação da Procuradoria Geral do Município de Maricá, em processo administrativo, no qual será assegurado o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

direito ao contraditório e ampla defesa da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: Em caso de rescisão unilateral por parte da CONTRATANTE que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, deverá esta restituir eventual saldo remanescente, dos recursos repassados na forma da cláusula oitava, proporcional ao tempo de prestação de serviço creditado e que não será executado, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do administrativo definitivo que decidir pela rescisão.

Parágrafo Quarto: Em caso de rescisão requerida pela CONTRATADA, nas hipóteses dos incisos XIII a XVI, do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, está se obriga a continuar executando as atividades e serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa da obrigação por parte da CONTRATANTE, por um prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do recebimento pela CONTRATANTE da notificação de rescisão.

Parágrafo Quinto: Nas hipóteses de rescisão previstas nos parágrafos terceiro e quarto, bem como no caso de término de vigência do contrato, a Prefeitura Municipal de Maricá /Fundo Municipal de Saúde efetuará os repasses devidos até o término da execução do contrato, bem como o pagamento do custo da desmobilização, sem prejuízo da indenização a que a CONTRATADA faça jus por eventuais prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Parágrafo Sexto: Nos casos de rescisão, extinção ou término deste Contrato de Gestão, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE todas as informações analisadas e armazenadas no software de gestão, bem como, providenciar a transferência de titularidade da licença para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da Unidade, qualquer que seja o estado de conservação em que se encontre.

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo o previsto no caput desta cláusula, a CONTRATANTE assumirá a gestão da unidade de saúde com todas as instalações,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

equipamentos e recursos humanos necessários ao seu regular funcionamento, sejam pertencentes à CONTRATADA e/ou cedidos pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: Acontecendo o previsto no caput e parágrafo primeiro desta cláusula, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da CONTRATANTE até que a intervenção seja suspensa, quando à situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria CONTRATADA, se for o caso, ou com a contratação de outra Organização Social de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta da gestão da Unidade pela própria CONTRATANTE em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

Parágrafo Terceiro: O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato de Gestão e seus Anexos, autorizará o Município de Maricá, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, ouvida a Procuradoria Geral do Município, garantida a plena defesa e o contraditório, a aplicar as sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, quais sejam:

- I Advertência;
- II Multa;
- III Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar, bem como celebrar convênios e parcerias com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, bem como celebrar convênios e parcerias com a Administração Pública, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo Primeiro: A imposição das penalidades previstas nesta cláusula será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada a CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: A multa, prevista no inciso II, do *caput* desta cláusula, será cobrada segundo os seguintes critérios:

I Pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, que não diga respeito diretamente à execução do objeto, multa de 0,5% a 1% (de meio ponto percentual até um por cento) referente a média do valor mensal dos serviços contratados nos últimos 3 (três) meses;

II Pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados;

III O valor de eventual multa será descontado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção prevista no inciso II.

Parágrafo Quarto: Caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo Municipal em face de decisão que aplicar à CONTRATADA quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial, da decisão recorrida.

Parágrafo Quinto: A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elide o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, civil e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para atender ao disposto neste Contrato de Gestão, a CONTRATADA declara que:

I Dispõe de suficiente nível técnico-assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

nos demais anexos que integram o Chamamento Público e que também são parte integrante do presente Contrato de Gestão.

II Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este Contrato de Gestão.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente vedada a cobrança por serviços de saúde ou outros complementares da assistência devida ao paciente.

Parágrafo Segundo: Fica vedada a cessão total ou parcial do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução do presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS – Sistema Único de Saúde -, decorrente da Lei nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário Municipal da Saúde e ao Prefeito Municipal, propor a devolução de bens ao Poder Público Municipal, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

Parágrafo Quinto: Em caso de reversão dos bens ao patrimônio do Município, os mesmos deverão ser submetidos à avaliação do Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Sexto: O Município providenciará a remessa de cópias do presente CONTRATO DE GESTÃO à Câmara Municipal dos Vereadores do Maricá e ao órgão de controle interno do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

Parágrafo Sétimo: A Organização Social se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas no Edital que instruiu este Chamamento Público, onde foram licitados os serviços do presente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato de Gestão no Jornal Oficial do Município de Maricá e no site oficial do Município de Maricá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA OS

A presente contratação é feita com fulcro nos dispositivos da Lei Municipal 2.786/2017 e no Edital de Chamamento Público nº. 002/2019, consoante documentação acostada no processo de qualificação e seleção da Organização Social, que constitui parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, observados os Princípios Constitucionais e demais princípios que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Comarca de Maricá, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem acordes, os representantes legais das partes assinam o presente CONTRATO DE GESTÃO, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que alcancem os desejados efeitos legais e jurídicos, na presença das testemunhas a seguir.

Maricá-RJ, 27 de fevereiro de 2020

Pelo MUNICÍPIO

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

PROPOSTA Nº 001/2019

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF:

P

GS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 04/03/19
Rubrica 1805

TERMO N.º 09/2021-SMS

TERMO ADITIVO N.º 01 DO
CONTRATO DE GESTÃO
N.º 18/2020.

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Roberto Silveira, 46, 3º andar, Flamengo, Cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Simone da Silva Costa Massa**, médica, portadora da Carteira de Identidade nº 08063959-4 expedida pelo IFP/RJ e inscrita no CPF sob o nº 013.136.727-77, e de outro lado **INSTITUTO GNOSIS**, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, CNPJ nº 10.635.117/0001-03, com endereço na Avenida das Américas, 11889, sala 302, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.793-082, por seu representante legal, **Miguel Vieira Dibo**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 063428569, expedida pelo IFP/RJ e inscrito(a) no CPF nº 771.855.957-20, DORAVANTE denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo nomeadas e firmadas pactuam o presente **TERMO ADITIVO Nº: 01 DO CONTRATO DE GESTÃO Nº: 18/2020**, cuja celebração foi justificada e autorizada no processo administrativo nº: 6.000/2019, e que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas da Lei Municipal n. 2.786, de 14 de dezembro de 2017, Lei Federal n. 13.979/2020; Lei Federal nº: 8.666/1993; Lei Federal nº: 9637/98 e do Decreto Municipal nº: 158/2018 e suas alterações, observando ainda as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

As partes convencionam aditar o contrato de gestão nº 18/2020, para: (i) alterar a meta física NASF para Equipes multiprofissionais em consonância com as Portarias Ministeriais indicadas na justificativa do Termo de Referência; (ii) alterar a meta física quantitativa NASF/Equipe multiprofissional, com ampliação do rol de categorias profissionais, direcionadas para atender a atual situação epidemiológica: (ii. a) 04 equipes multiprofissionais distritais; (ii.b) 05 equipes multiprofissionais de apoio; (ii. C) 04 equipes multiprofissionais distritais de saúde mental; (iii) incluir 3 residências terapêuticas ao contrato de gestão;

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica convencionado que a **CONTRATADA** deverá cumprir o cronograma de metas físicas indicadas no ANEXO I

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

Para cumprir o plano de trabalho e as metas derivadas do Termo Aditivo ao contrato de gestão nº: 18/2020, a **CONTRATANTE** repassará a **CONTRATADA** o valor adicional de **R\$ 23.638.307,33 (vinte e três milhões seiscentos e trinta e oito mil trezentos e sete reais e trinta e três centavos)**, estimado para viabilizar o atingimento das metas físicas adicionadas ao contrato de gestão nº: 18/2020.

GS



PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 8000/19
Data do início 14/03/19
Rubrica 1806
Fls. 1806

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

3.1. Os repasses previstos no cronograma de desembolso (ANEXO II) serão realizados após o processo de liquidação das despesas, previsto no artigo 62 da Lei Federal número 4320/64

Parágrafo único: As despesas previstas neste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa de Trabalho n.º 20.02.10.122.0081.2157

Elemento de despesa n.º 3.3.3.5.0.39.00.00.00

Fonte de Recurso n.º 236

Nota de Empenho n.º 000088/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas todas as demais cláusulas integrantes do Contrato de gestão n.º 18/2020, desde que compatíveis com o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO E ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O extrato do presente termo aditivo será publicado no veículo oficial de publicação, observando o prazo legal.

Parágrafo Único. Será enviada cópia integral do presente termo aditivo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo-se o disposto na lei complementar Estadual n.º 124/09.

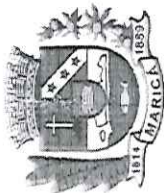
E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Maricá, 22 de fevereiro de 2021.


Município


Contratada

MICHELLE DIBO
DIRETOR EXECUTIVO
INSTITUTO GNOSIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 600/2017
DATA DO INÍCIO: 16/07/2017
RUBRICA: FLS.: 1654

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO NOVO CONTRATO ADITIVO

Item	MES 1	MES 2	MES 3	MES 4	MES 5	MES 6	MES 7	MES 8	MES 9	MES 10	MES 11	MES 12	ANO 1
	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jun/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	
a1) Apoio a Gestão DISTITAL	1	R\$ 62.185,66	1	R\$ 62.185,66	1	R\$ 64.996,00	1	R\$ 64.996,00	1	R\$ 64.996,00	1	R\$ 64.996,00	R\$ 963.838,16
a2) Apoio a Gestão do TEAS	1	R\$ 373.113,93	1	R\$ 373.113,93	1	R\$ 389.981,14	1	R\$ 389.981,14	1	R\$ 389.981,14	1	R\$ 389.981,14	R\$ 5.890.859,33
A - SUBTOTAL - APOIO A GESTÃO		R\$ 435.299,59		R\$ 435.299,59		R\$ 454.977,99		R\$ 454.977,99		R\$ 454.977,99		R\$ 454.977,99	R\$ 6.854.697,49
b1) RH Equipes de Saúde da Família	45	R\$ 2.958.433,02	45	R\$ 2.958.433,02	45	R\$ 2.958.433,02	45	R\$ 2.958.433,02	45	R\$ 2.958.433,02	45	R\$ 2.958.433,02	R\$ 42.732.921,40
b2) RH Promoção e Vigilância	45	R\$ 529.778,37	45	R\$ 529.778,37	45	R\$ 529.778,37	45	R\$ 529.778,37	45	R\$ 529.778,37	45	R\$ 529.778,37	R\$ 7.652.354,23
b3) RH Corr	1	R\$ 34.071,44	1	R\$ 34.071,44	1	R\$ 34.071,44	1	R\$ 34.071,44	1	R\$ 34.071,44	1	R\$ 34.071,44	R\$ 408.857,28
b4) RH Odontológico	2	R\$ 28.921,69	2	R\$ 28.921,69	2	R\$ 28.921,69	2	R\$ 28.921,69	2	R\$ 28.921,69	2	R\$ 28.921,69	R\$ 347.060,24
b5) Contratos, consumo e promoção - unidades de atenção primária	45	R\$ 854.100,00	45	R\$ 854.100,00	45	R\$ 854.100,00	45	R\$ 854.100,00	45	R\$ 854.100,00	45	R\$ 854.100,00	R\$ 12.337.000,00
b6) Serviços de Oftalmologia Básica, Raio X e Ultrassom, Laboratório e Protese dental	45	R\$ 247.500,00	45	R\$ 247.500,00	45	R\$ 247.500,00	45	R\$ 247.500,00	45	R\$ 247.500,00	45	R\$ 247.500,00	R\$ 3.575.000,00
b7) Sistemas de Informação / Prontuário eletrônico e Telefonia Saúde da Família	45	R\$ 67.500,00	45	R\$ 67.500,00	45	R\$ 67.500,00	45	R\$ 67.500,00	45	R\$ 67.500,00	45	R\$ 67.500,00	R\$ 826.563,96
b8) Ações de Educação, Promoção e Vigilância em Saúde	45	R\$ 45.000,00	45	R\$ 45.000,00	45	R\$ 45.000,00	45	R\$ 45.000,00	45	R\$ 45.000,00	45	R\$ 45.000,00	R\$ 540.000,00
B - SUBTOTAL - Equipes de Saúde da Família		R\$ 4.765.304,51		R\$ 4.765.304,51		R\$ 4.765.304,51		R\$ 4.765.304,51		R\$ 4.765.304,51		R\$ 4.765.304,51	R\$ 68.878.193,13
c1) RH Serviços de Apoio Especializado e Equipe Multiprofissionais	2	R\$ 532.566,81	2	R\$ 532.566,81	2	R\$ 532.566,81	2	R\$ 532.566,81	2	R\$ 532.566,81	2	R\$ 532.566,81	R\$ 16.710.474,16
c2) Contratos, consumo e serviços de Oftalmologia, Raio X, Ultrassom, SADT	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 2.241.280,00
c3) Sistemas de Informação / Prontuário eletrônico e Telefonia	2	R\$ 3.000,00	2	R\$ 3.000,00	2	R\$ 3.000,00	2	R\$ 3.000,00	2	R\$ 3.000,00	2	R\$ 3.000,00	R\$ 578.000,00
C) SUBTOTAL - Serviço de Apoio Especializado / Equipe Multiprofissional		R\$ 535.566,81		R\$ 535.566,81		R\$ 535.566,81		R\$ 535.566,81		R\$ 535.566,81		R\$ 535.566,81	R\$ 16.529.462,16
d1) RH Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica	3	R\$ 392.172,04	3	R\$ 392.172,04	3	R\$ 392.172,04	3	R\$ 392.172,04	3	R\$ 392.172,04	3	R\$ 392.172,04	R\$ 5.933.767,52
d2) Contrato de Consumo - Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica	3	R\$ 225.000,00	3	R\$ 225.000,00	3	R\$ 225.000,00	3	R\$ 225.000,00	3	R\$ 225.000,00	3	R\$ 225.000,00	R\$ 3.012.581,22
d3) Sistemas de Informação / Prontuário eletrônico e Telefonia - CAPS	3	R\$ 4.500,00	3	R\$ 4.500,00	3	R\$ 4.500,00	3	R\$ 4.500,00	3	R\$ 4.500,00	3	R\$ 4.500,00	R\$ 232.500,00
D) SUBTOTAL Centro de Atenção Psicossocial - CAPS		R\$ 621.672,04		R\$ 621.672,04		R\$ 621.672,04		R\$ 621.672,04		R\$ 621.672,04		R\$ 621.672,04	R\$ 9.178.848,74
E) SUBTOTAL - Adaptações e instalações / equipamentos		R\$ 341.126,47		R\$ 341.126,47		R\$ 341.126,47		R\$ 341.126,47		R\$ 341.126,47		R\$ 341.126,47	R\$ 1.622.332,89
F) SUBTOTAL PARTE FIVA		R\$ 6.698.899,42		R\$ 6.698.899,42		R\$ 6.698.899,42		R\$ 6.698.899,42		R\$ 6.698.899,42		R\$ 6.698.899,42	R\$ 104.603.534,34
G) Parte variável - 1,05 (2%)		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39	R\$ 2.093.270,89
H) Parte variável - 2 Unidade de saúde (1%)		R\$ 66.988,69		R\$ 66.988,69		R\$ 66.988,69		R\$ 66.988,69		R\$ 66.988,69		R\$ 66.988,69	R\$ 1.046.835,34
I) Parte variável - 3 Profissionais (2%)		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39		R\$ 133.977,39	R\$ 2.093.270,89
J) SUBTOTAL PARTE VARIÁVEL		R\$ 334.943,47		R\$ 334.943,47		R\$ 334.943,47		R\$ 334.943,47		R\$ 334.943,47		R\$ 334.943,47	R\$ 5.233.376,11
TOTAL		R\$ 7.033.842,90		R\$ 7.033.842,90		R\$ 7.033.842,90		R\$ 7.033.842,90		R\$ 7.033.842,90		R\$ 7.033.842,90	R\$ 109.896.711,10

Rita de Cassia Alves de
Assessor
Mat.: 107473



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 6000/19
DATA DO INÍCIO: 14/03/2019
RUBRICA: FLS.: 1065

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO NOVO CONTRATO ADITIVO

Item	MES 13	MES 14	MES 15	MES 16	MES 17	MES 18	MES 19	MES 20	MES 21	MES 22	MES 23	MES 24	TOTAL
a1) Apoio a Gestão Distrital	1	R\$ 118.119,75	1	R\$ 118.119,75	1	R\$ 118.119,75	1	R\$ 118.119,75	1	R\$ 118.119,75	1	R\$ 118.119,75	R\$ 1.417.435,96
a2) Apoio a Gestão de TEUS	1	R\$ 692.435,43	1	R\$ 692.435,43	1	R\$ 692.435,43	1	R\$ 692.435,43	1	R\$ 692.435,43	1	R\$ 692.435,43	R\$ 8.209.825,21
A - SUBTOTAL - APOIO A GESTÃO		R\$ 810.605,18		R\$ 810.605,18		R\$ 810.605,18		R\$ 810.605,18		R\$ 810.605,18		R\$ 810.605,18	R\$ 14.147.959,68
b1) RH Equipes de Saúde da Família	75	R\$ 5.115.623,76	75	R\$ 5.115.623,76	75	R\$ 5.115.623,76	75	R\$ 5.115.623,76	75	R\$ 5.115.623,76	75	R\$ 5.115.623,76	R\$ 9.722.763,17
b2) RH Promoção e Vigilância	75	R\$ 916.075,10	75	R\$ 916.075,10	75	R\$ 916.075,10	75	R\$ 916.075,10	75	R\$ 916.075,10	75	R\$ 916.075,10	R\$ 61.387.485,16
b3) RH Cor	1	R\$ 35.349,12	1	R\$ 35.349,12	1	R\$ 35.349,12	1	R\$ 35.349,12	1	R\$ 35.349,12	1	R\$ 35.349,12	R\$ 104.426.408,56
b4) RH Odonatológico	2	R\$ 30.006,25	2	R\$ 30.006,25	2	R\$ 30.006,25	2	R\$ 30.006,25	2	R\$ 30.006,25	2	R\$ 30.006,25	R\$ 18.645.255,40
b5) Centrais, consumo e promoção - unidades de atenção primária	75	R\$ 1.476.881,25	75	R\$ 1.476.881,25	75	R\$ 1.476.881,25	75	R\$ 1.476.881,25	75	R\$ 1.476.881,25	75	R\$ 1.476.881,25	R\$ 10.992.901,17
b6) Serviços de Oftalmologia Básica, Raio X e Ultrassom Laboratório e proteção da Família	75	R\$ 427.968,75	75	R\$ 427.968,75	75	R\$ 427.968,75	75	R\$ 427.968,75	75	R\$ 427.968,75	75	R\$ 427.968,75	R\$ 424.139,41
b7) Sistemas de Informação / Centro de Referência e Telessaúde da Família	75	R\$ 116.718,75	75	R\$ 116.718,75	75	R\$ 116.718,75	75	R\$ 116.718,75	75	R\$ 116.718,75	75	R\$ 116.718,75	R\$ 360.075,00
b8) Ações de Educação, Promoção e Vigilância em Saúde	75	R\$ 77.812,50	75	R\$ 77.812,50	75	R\$ 77.812,50	75	R\$ 77.812,50	75	R\$ 77.812,50	75	R\$ 77.812,50	R\$ 17.227.575,00
B - SUBTOTAL - Equipes de Saúde da Família		R\$ 8.196.435,48		R\$ 8.196.435,48		R\$ 8.196.435,48		R\$ 8.196.435,48		R\$ 8.196.435,48		R\$ 8.196.435,48	R\$ 5.415.625,00
c1) RH Serviço de Apoio Especializado e Equipe Multiprofissionais	16	R\$ 1.654.957,11	16	R\$ 1.654.957,11	16	R\$ 1.654.957,11	16	R\$ 1.654.957,11	16	R\$ 1.654.957,11	16	R\$ 1.654.957,11	R\$ 1.583.750,00
c2) Consultas, consumo e serviços de Oftalmologia - Raio X, Ultrassom, S4-DT	16	R\$ 332.190,50	16	R\$ 332.190,50	16	R\$ 332.190,50	16	R\$ 332.190,50	16	R\$ 332.190,50	16	R\$ 332.190,50	R\$ 37.969.859,49
c3) Sistemas de Informação / Prontuário eletrônico e Telefonia	16	R\$ 83.000,00	16	R\$ 83.000,00	16	R\$ 83.000,00	16	R\$ 83.000,00	16	R\$ 83.000,00	16	R\$ 83.000,00	R\$ 6.227.538,00
C) SUBTOTAL - Serviço de Apoio Especializado / Equipe Multiprofissional		R\$ 2.270.148,01		R\$ 2.270.148,01		R\$ 2.270.148,01		R\$ 2.270.148,01		R\$ 2.270.148,01		R\$ 2.270.148,01	R\$ 1.574.000,00
d1) RH Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica	10	R\$ 568.841,62	10	R\$ 568.841,62	10	R\$ 568.841,62	10	R\$ 568.841,62	10	R\$ 568.841,62	10	R\$ 568.841,62	R\$ 45.771.238,23
d2) Centro e Consumo - Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica	10	R\$ 279.768,50	10	R\$ 279.768,50	10	R\$ 279.768,50	10	R\$ 279.768,50	10	R\$ 279.768,50	10	R\$ 279.768,50	R\$ 12.899.868,98
d3) Sistemas de Informação / Prontuário eletrônico e Telefonia - CAPS	10	R\$ 31.125,00	10	R\$ 31.125,00	10	R\$ 31.125,00	10	R\$ 31.125,00	10	R\$ 31.125,00	10	R\$ 31.125,00	R\$ 6.365.779,25
D) SUBTOTAL Centro de Atenção Psicossocial - CAPS		R\$ 899.733,12		R\$ 899.733,12		R\$ 899.733,12		R\$ 899.733,12		R\$ 899.733,12		R\$ 899.733,12	R\$ 606.000,00
E) SUBTOTAL - Adaptações e instalações / equipamentos		R\$ 18.719,23		R\$ 18.719,23		R\$ 18.719,23		R\$ 18.719,23		R\$ 18.719,23		R\$ 18.719,23	R\$ 19.915.646,22
F) SUBTOTAL PARTE FIXA		R\$ 12.155.641,02		R\$ 12.155.641,02		R\$ 12.155.641,02		R\$ 12.155.641,02		R\$ 12.155.641,02		R\$ 12.155.641,02	R\$ 1.445.341.892,23
G) Parte variável - 1,03 (2%)		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82	R\$ 2.501.126,61
H) Parte variável - 2 Unidade de saúde (1%)		R\$ 121.956,41		R\$ 121.956,41		R\$ 121.956,41		R\$ 121.956,41		R\$ 121.956,41		R\$ 121.956,41	R\$ 6.020.224,53
I) Parte variável - 3 Profissional (2%)		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82		R\$ 243.912,82	R\$ 2.510.419,27
J) SUBTOTAL PARTE VARIÁVEL		R\$ 609.782,05		R\$ 609.782,05		R\$ 609.782,05		R\$ 609.782,05		R\$ 609.782,05		R\$ 609.782,05	R\$ 5.020.224,53
TOTAL		R\$ 12.805.423,07		R\$ 12.805.423,07		R\$ 12.805.423,07		R\$ 12.805.423,07		R\$ 12.805.423,07		R\$ 12.805.423,07	R\$ 13.655.661.787,94

Rita de Cássia Alves de Santana
Assessor
Mat.: 107473



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 14/03/19
Rubrica
Fls. 1961

5809/20
06-03-20
1085

TERMO N.º 09/2022-SMS

TERMO ADITIVO N.º 02 DO
CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020,
VISANDO A SUA PRORROGAÇÃO E
REAJUSTE.

O MUNICÍPIO DE MARICÁ, pessoa jurídica de direito público interno por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Roberto Silveira, 46, 3º andar, Flamengo, Cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Senhora **SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº: 05.658.231-5 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF de nº: 778.944.647-91, e de outro lado **INSTITUTO GNOSIS**, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, CNPJ nº 10.635.117/0001-03, com endereço na Avenida das Américas, 11889, sala 302, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.793-082, por seu representante legal, **Miguel Vieira Dibo**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 063428569, expedida pelo IFP/RJ e inscrito(a) no CPF nº 771.855.957-20, DORAVANTE denominada **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo nomeadas e firmadas pactuam o presente **TERMO ADITIVO N.º 02 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, VISANDO A SUA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE**, cuja celebração foi justificada e autorizada no processo administrativo nº: 6.000/2019, e que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas da Lei Municipal n. 2.786, de 14 de dezembro de 2017, Lei Federal n. 13.979/2020; Lei Federal nº: 8.666/1993; Lei Federal nº: 9637/98 e do Decreto Municipal nº: 158/2018 e suas alterações, observando ainda as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do contrato, assim como a concessão do reajuste contratual, com fundamento no art. 55 inciso III, da Lei nº: 8.666, de 1993, e na Cláusula Sétima do Contrato.

Fica prorrogado o contrato de gestão nº: 18/2020 pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, na forma da cláusula sétima, em conformidade com a manifestação da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, consoante justificativas de fls. 1859, 1901/1908, 1935/1938 E 1948/1950 processo administrativo nº: 6000/2020.

1.1. A prorrogação do contrato de gestão terá início em 27/02/2022 e término em 27/02/2024, dando-se ao contrato o prazo total de 48 (quarenta e oito) meses.

1.2. Fica estabelecida a seguinte cláusula resolutiva: (i) a incorporação da gestão das ações e serviços de saúde, dos equipamentos destinados à saúde de família no âmbito do município de Maricá à Fundação Estatal de Saúde de Maricá-FEMAR, na forma a ser definida pela Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA
Fica convencionado que a **CONTRATADA** deverá cumprir as metas físicas a serem atingidas no período de prorrogação do contrato de gestão nº: 18/2020, na forma do ANEXO XI do Edital de Licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 5000/19

Data do início 14/03/19

Rubrica

Fis. 1962

5804/22

06/03/22

1026

CLÁUSULA TERCEIRA

Para cumprir o plano de trabalho e as metas derivadas do Termo Aditivo ao contrato de gestão nº: 18/2020, a **CONTRATANTE** repassará a **CONTRATADA** o valor adicional de **R\$ 337.736.143,85 (trezentos e trinta e sete milhões setecentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos)**, estimado para viabilizar o atingimento das metas físicas adicionadas, na forma do novo plano de trabalho e do novo cronograma de desembolso.

3.1. Os repasses previstos no cronograma de desembolso, de fls. 1947, serão realizados após o processo de liquidação das despesas, previsto no artigo 62 da Lei Federal nº 4320/64

Parágrafo único: As despesas previstas neste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa de Trabalho n.º 20.02.10.301.0081.2157.

Elemento de despesa n.º 3.4.4.5.0.85.00.00.00; 3.3.3.5.0.85.00.00.00.

Fonte de Recurso n.º 236; 206.

Nota de Empenho n.º 116/2022; 117/2022; 119/2022.

Para cumprir o plano de trabalho e as metas derivadas do termo aditivo ao contrato de gestão n 18/2020, a **CONTRATADA** faz jus ao reajuste contratual do preço do contrato, a ser calculado com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao consumidor, nos termos previstos na Cláusula Sétima do Contrato nº 18/2020.

Ficam mantidas todas as demais cláusulas integrantes do **Contrato de gestão n.º 18/2020**, desde que compatíveis com o presente Termo.

O extrato do presente termo aditivo será publicado no veículo oficial de publicação, observando o prazo legal.

Parágrafo Único. Será enviada cópia integral do presente termo aditivo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo-se o disposto na lei complementar Estadual n.º 124/09.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Maricá, 25 de fevereiro de 2022.

Município
Solange Regina de Oliveira
Secretaria de Saúde
MAT.: 160435

Contratada
MIGUEL DIBO
DIRETOR EXECUTIVO
INSTITUTO GNGS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 14/03/19
Rubrica JS
Fls. 1251

TERMO N.º 03/2024-SMS

TERMO ADITIVO N.º 03 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, VISANDO A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.131.075/0001-93, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela Secretária de Saúde, Senhora **SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n.º: 05.658.231-5 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF de n.º: 778.944.647-91 e a pessoa jurídica **INSTITUTO GNOSIS**, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, CNPJ nº 10.635.117/0001-03, com sede na Avenida das Américas, 3443, bloco 02, sala 201 a 205, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.631-003, por seu representante legal, **MIGUEL VIEIRA DIBO**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 063428569, expedida pelo IFP/RJ e inscrito(a) no CPF nº 771.855.957-20, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO N.º 03 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, VISANDO A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**, cuja celebração foi justificada e autorizada no **processo administrativo nº 6000/2019**, e que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos Municipais nº 158/2018 e suas alterações, bem como as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a **ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**, referente ao **CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020**, que tem por objeto a gestão das atividades e dos serviços de saúde, pela CONTRATADA, da Rede de Atenção Primária em Saúde e da Estratégia de Saúde da família no âmbito do município de Maricá, conforme manifestação de fls. 2044/2045, memorando CAF de fls. 2055/2063, parecer técnico de fls. 2064/2065, parecer da PGM de fls. 2046/2052 e parecer da ACP de fls. 2101/2104 e 2125, todos dispostos no **processo administrativo nº 6000/2020**, nos seguintes termos:

- I) **Alteração do Cronograma de Desembolso, na forma do Anexo.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

O valor global do **Contrato de gestão n.º 18/2020** não sofrerá alterações em decorrência da alteração objeto do presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas todas as demais cláusulas integrantes do **Contrato de gestão n.º 18/2020**, desde que compatíveis com o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO E DO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O extrato do presente termo aditivo será publicado no veículo oficial de publicação, observado o prazo legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 14/03/19
Rubrica 30
Fls. 1252

Parágrafo único. Será enviada cópia integral do presente termo aditivo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo-se o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 124/09.

E, por estarem às partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor.

Maricá, data da última assinatura.

PELO MUNICÍPIO:

SOLANGE REGINA DE
OLIVEIRA:77894464791
791

Assinado de forma digital
por SOLANGE REGINA DE
OLIVEIRA:77894464791
Dados: 2024.01.12
16:40:45 -03'00'

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PELA CONTRATADA:

MIGUEL VIEIRA
DIBO:77185595720
720

Assinado de forma digital
por MIGUEL VIEIRA
DIBO:77185595720
Dados: 2024.01.12
16:15:01 -03'00'

MIGUEL VIEIRA DIBO
INSTITUTO GNOSIS

NOVO CRONOGRAMA ORÇAMENTÁRIO

Item	Unidade de medida	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	TOTAL GERAL
a1) Apoio a Gestão DISTRICTAL		1 R\$ 123.599,12	1 R\$ 125.806,95	1 R\$ 125.806,95	1 R\$ 125.806,95	1 R\$ 125.806,95	R\$ 626.826,92
a2) Apoio a Gestão do TEIAS		1 R\$ 741.702,73	1 R\$ 755.654,85	1 R\$ 755.654,85	1 R\$ 755.654,85	1 R\$ 755.654,85	R\$ 3.764.322,13
A - SUBTOTAL - APOIO A GESTÃO		R\$ 865.301,85	R\$ 881.461,80	R\$ 881.461,80	R\$ 881.461,80	R\$ 881.461,80	R\$ 4.391.149,05
b1) RH Equipes de Saúde da Família	nº de equipes	56 R\$ 6.231.843,75	58 R\$ 6.445.309,37	58 R\$ 6.445.309,37	58 R\$ 6.445.309,37	58 R\$ 6.445.309,37	R\$ 32.013.081,24
b2) RH Promoção e Vigilância	nº de equipes	1 R\$ 696.995,51	1 R\$ 696.995,51	1 R\$ 696.995,51	1 R\$ 696.995,51	1 R\$ 696.995,51	R\$ 3.484.977,54
b3) RH Cnr	nº de equipes	1 R\$ 48.800,81	1 R\$ 48.800,81	1 R\$ 48.800,81	1 R\$ 48.800,81	1 R\$ 48.800,81	R\$ 244.004,04
b4) RH Odontomóvel	nº de equipes	1 R\$ 20.231,02	1 R\$ 20.231,02	1 R\$ 20.231,02	1 R\$ 20.231,02	1 R\$ 20.231,02	R\$ 101.155,09
b5) Contratos, consumo e promoção - unidades de atenção primária	nº de equipes	R\$ 1.751.934,41	R\$ 1.755.650,49	R\$ 1.755.650,49	R\$ 1.755.650,49	R\$ 1.755.650,49	R\$ 8.774.536,37
b6) Serviços de Oftalmologia Básica, Raio X e Ultrassom, Laboratório e proteção dentária	nº de equipes	R\$ 130.453,28	R\$ 135.112,33	R\$ 135.112,33	R\$ 135.112,33	R\$ 135.112,33	R\$ 670.902,60
b7) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico e Telefonia Saúde da Família	nº de equipes	R\$ 74.439,49	R\$ 77.098,04	R\$ 77.098,04	R\$ 77.098,04	R\$ 77.098,04	R\$ 382.831,65
b8) Ações de Educação, Promoção e Vigilância em Saúde	nº de equipes	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 50.000,00
B - SUBTOTAL - Equipes de Saúde da Família		R\$ 8.964.698,26	R\$ 9.189.197,57	R\$ 9.189.197,57	R\$ 9.189.197,57	R\$ 9.189.197,57	R\$ 45.721.488,52
c1) Rh Serviços de Apoio Especializado e Equipe Multiprofissionais	nº de equipes Serv Apoio Especializado	6 R\$ 1.686.782,14	6 R\$ 1.686.782,14	6 R\$ 1.686.782,14	6 R\$ 1.686.782,14	6 R\$ 1.686.782,14	R\$ 8.433.910,69
c2) Contratos, consumo e serviços de Oftalmologia - Raio X, Ultrassom, SADI	nº de equipes Serv Apoio Especializado	R\$ 245.136,14	R\$ 245.136,14	R\$ 245.136,14	R\$ 245.136,14	R\$ 245.136,14	R\$ 1.225.680,70
c3) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico e Telefonia	nº de equipes Serv Apoio Especializado	R\$ 103.572,81	R\$ 103.572,81	R\$ 103.572,81	R\$ 103.572,81	R\$ 103.572,81	R\$ 517.864,03
C) SUBTOTAL - Serviço de Apoio Especializado / Equipe Multiprofissional		R\$ 2.035.491,08	R\$ 2.035.491,08	R\$ 2.035.491,08	R\$ 2.035.491,08	R\$ 2.035.491,08	R\$ 10.177.455,42
d1) Rh Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica		R\$ 1.031.069,73	R\$ 1.031.069,73	R\$ 1.031.069,73	R\$ 1.031.069,73	R\$ 1.031.069,73	R\$ 5.155.348,66
d2) Contrato e Consumo - Rede de Atenção Psicossocial - CAPS, Equipe Multiprofissional Saúde Mental e Residência Terapêutica		R\$ 308.880,79	R\$ 308.880,79	R\$ 308.880,79	R\$ 308.880,79	R\$ 308.880,79	R\$ 1.544.403,96
d3) Sistemas de Informação / prontuário eletrônico e Telefonia - CAPS		R\$ 26.400,91	R\$ 26.400,91	R\$ 26.400,91	R\$ 26.400,91	R\$ 26.400,91	R\$ 132.004,55
D) SUBTOTAL Centro de Atenção Psicossocial - CAPS		R\$ 1.366.351,43	R\$ 1.366.351,43	R\$ 1.366.351,43	R\$ 1.366.351,43	R\$ 1.366.351,43	R\$ 6.831.757,17
E) SUBTOTAL - Adaptações e instalações / equipamentos		R\$ 20.662,29	R\$ 20.662,29	R\$ 20.662,29	R\$ 20.662,29	R\$ 20.662,29	R\$ 103.311,45
F) SUBTOTAL PARTE FIXA		R\$ 13.252.504,92	R\$ 13.493.164,17	R\$ 13.493.164,17	R\$ 13.493.164,17	R\$ 13.493.164,17	R\$ 67.225.161,58
G) Parte variável - 1 OS	FIXO 2%	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 1.254.614,00
H) Parte variável - 2 Unidade de saúde	FIXO 1%	R\$ 125.461,41	R\$ 125.461,41	R\$ 125.461,41	R\$ 125.461,41	R\$ 125.461,41	R\$ 627.307,05
I) Parte variável - 3 Profissional	FIXO 2%	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 250.922,80	R\$ 1.254.614,00
J) SUBTOTAL PARTE VARIÁVEL		R\$ 627.307,01	R\$ 627.307,01	R\$ 627.307,01	R\$ 627.307,01	R\$ 627.307,01	R\$ 3.136.535,06
TOTAL		R\$ 13.879.811,93	R\$ 14.120.471,18	R\$ 14.120.471,18	R\$ 14.120.471,18	R\$ 14.120.471,18	R\$ 70.361.696,65

VALOR TOTAL PREVISTO NO CRONOGRAMA FINANCEIRO ORIGINAL
NOVO VALOR PREVISTO PARA O CRONOGRAMA FINANCEIRO

R\$ 70.361.696,65
R\$ 70.361.696,65

MIGUEL VIEIRA
DIBO:7718559
5720

Assinado de forma digital
por MIGUEL VIEIRA
DIBO:77185595720
Dados: 2024.01.12
16:12:52 -03'00'

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 10/03/19
Rubrica 50
Fls. 1253



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

PREFEITURA DE MARICÁ
Processo nº 6000/19
Data do início 19/03/19
Rubrica
Fls. 1254 JO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 03 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, VISANDO A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6000/2019.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E INSTITUTO GNOSIS.

OBJETO: A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, QUE TEM POR OBJETO A GESTÃO DAS ATIVIDADES E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PELA CONTRATADA, DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE FLS. 2044/2045, MEMORANDO CAF DE FLS. 2055/2063, PARECER TÉCNICO DE FLS. 2064/2065, PARECER DA PGM DE FLS. 2046/2052 E PARECER DA ACP DE FLS. 2101/2104 E 2125, TODOS DISPOSTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6000/2020, NOS SEGUINTE TERMOS:

I) ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, NA FORMA DO ANEXO.

VALOR: O VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020 NÃO SOFRERÁ ALTERAÇÕES EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO.

DA RATIFICAÇÃO: FICAM MANTIDAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS INTEGRANTES DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM O PRESENTE TERMO.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º: 8.666/1993, DECRETO MUNICIPAL N.º: 158/2018 E SUAS ALTERAÇÕES.

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2024.

MARICÁ, 12 DE JANEIRO DE 2024.


SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	6000/2019
Data do Início	14/03/2019
Folha	1255
Rubrica	

Ao Jornal Oficial de Maricá,

Seguem os autos para a publicação do extrato retro.

Maricá, 18 de janeiro de 2024.

COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Manuela Carvalho da Silva
Mat. 112.912



10.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993.

10.7 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela Contratante.

10.8 Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

10.9 Comunicar, por escrito, à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.

10.10 Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo.

10.11 Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 158/2018, que dispõe sobre processo de Pagamento no âmbito do município.

10.12 Proceder a fiscalização Contrato, cientificando o Preposto da Contratada e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas.

10.13 Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14 Analisar a documentação solicitada nas obrigações da Contratada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

10.15 Proceder à vistoria dos veículos objeto do Contrato, antes de iniciado o serviço contratado e bimestralmente, depois da aceitação dos serviços, podendo, com justificativa da comissão de fiscalização do Contrato, sofrer alteração na periodicidade;

10.16 A vistoria dos veículos objeto do Contrato se realizará através de laudos de vistoria que contenham as especificações e características das ambulâncias constantes no presente Termo de Referência.

10.17 Intervir, nas hipóteses previstas em lei, na execução do Contrato, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e fiel cumprimento deste e das normas legais pertinentes.

10.18 Ordenar as correções, reparos, reconstruções ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

10.19 Realizar a análise dos relatórios.

10.20 Autorizar o acesso dos funcionários da CONTRATADA envolvidos na prestação de serviços, nas várias Unidades de Saúde da SMS-RJ.

10.21 Disponibilizar local para a permanência dos profissionais da contratada de serviço 24 (vinte e quatro) horas.

10.22 No caso das demais ambulâncias, a entregar os relatórios para comparação com os controles do Complexo Regulador para envio a comissão de avaliação.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.2 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.2.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.2.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.2.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.2.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.2.5 cometer fraude fiscal;

12.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.3.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

12.3.2 multa moratória de 1% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.3.3 multa compensatória de 30% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Secretaria Municipal de Saúde, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

12.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Secretaria Municipal de Saúde poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13. PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, respeitando-se à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos moldes do art. 57, caput, da Lei 8.666/93,

14 DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Maricá para dirimir qualquer controvérsia Judicial relacionada ao presente procedimento licitatório. Maricá, 04 de dezembro de 2023.

Elaborado por:

JULIANA NOGUEIRA DOS SANTOS

Mat.:112.206

Subsecretária da Rede de Urgência e Emergência

Ratificado pela:

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Mat. 109.435

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 03 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, VISANDO A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6000/2019.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E INSTITUTO GNOSIS.

OBJETO: A ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, QUE TEM POR OBJETO A GESTÃO DAS ATIVIDADES E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, PELA CONTRATADA, DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, CONFORME MANIFESTAÇÃO DE FLS. 2044/2045, MEMORANDO CAF DE FLS. 2055/2063, PARECER TÉCNICO DE FLS. 2064/2065, PARECER DA PGM DE FLS. 2046/2052 E PARECER DA ACP DE FLS. 2101/2104 E 2125, TODOS DISPOSTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6000/2020, NOS SEGUINTE TERMOS:

I) ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, NA FORMA DO ANEXO.

VALOR: O VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020 NÃO SOFRERÁ ALTERAÇÕES EM DECORRÊNCIA DA ALTERAÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO.

DA RATIFICAÇÃO: FICAM MANTIDAS TODAS AS DEMAIS CLÁUSULAS INTEGRANTES DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020, DESDE QUE COMPATÍVEIS COM O PRESENTE TERMO.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8.666/1993, DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018 E SUAS ALTERAÇÕES.

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2024.

MARICÁ, 12 DE JANEIRO DE 2024.

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE TRANSPORTE

NOTIFICAÇÃO N.º 7174

Expedida 05 de Dezembro de 2023

AO SR. CONTRIBUINTE: Cominat S.A Empreendimentos e Cons.

ORIGEM: Processo 0024898/2023

PORTE: Secretaria de Transporte / Autoridade Executiva de postura e ordenamento do Solo 3º e 4º Distrito.

NATUREZA: Denúncia limpeza de terreno

DECISÃO:

Fica o presente notificado a providenciar a limpeza do terreno localizado na Rua Georgilei Rodrigues Quadra: 271 lote: 03 – Jardim Atlântico Central –Itaipuaçu Maricá - RJ no prazo de 30 dias, a contar do recebimento desta notificação da publicação da mesma no JOM – Jomal Oficial do Município.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Complementar nº 167/07 de 21 de dezembro de 2007.

Atenciosamente,

Daylene da Silva Costa

Autoridade Executiva de Postura e Ordenamento do Solo 3º e 4º distrito Mat. 110-886

NOTIFICAÇÃO N.º 7175

Expedida 05 de Dezembro de 2023

AO SR. CONTRIBUINTE: José Braz Catalano

ORIGEM: Processo 0023863/2023

PORTE: Secretaria de Transporte / Autoridade Executiva de postura e ordenamento do Solo 3º e 4º Distrito.

NATUREZA: Denúncia limpeza de terreno

DECISÃO:

Fica o presente notificado a providenciar a limpeza do terreno localizado na Rua Kaweh Machado Diniz Quadra: 207 lote: 39 – Jardim Atlântico Central –Itaipuaçu Maricá - RJ no prazo de 30 dias, a contar do recebimento desta notificação da publicação da mesma no JOM – Jomal Oficial do Município.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Complementar nº 167/07 de 21 de dezembro de 2007.

Atenciosamente,

Daylene da Silva Costa

Autoridade Executiva de Postura e Ordenamento do Solo 3º e 4º distrito Mat. 110-886

CONTROLE DE ASSINATURAS
Diogo Gonçalves de Almeida
Sec. Adj. Jurídico-Assessor
Mat.: 109.686



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE PUBLICAÇÃO
www.marica.rj.gov.br

Processo nº: 6000/2019

Data de Início: 14/03/2019

Rubrica: _____ Fls: 1257


À Secretaria de Saúde,

Maricá, 19 de janeiro de 2024.

Remeto o presente processo administrativo, informando que o Extrato do Termo Aditivo N° 03 do Contrato de gestão N° 18/2020, foi publicado no JOM N° 1547, de 17 de janeiro de 2024. Encaminho ainda cópia da publicação.

Sem mais para o momento aproveito para renovar os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Diogo Gonçalves da Mata
Sec. Adm. Jom – Assessor
Matrícula: 109.686



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

TERMO N.º 09/2024-SMS

**TERMO ADITIVO N.º 04 DO
CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020,
VISANDO A SUA PRORROGAÇÃO,
REAJUSTE E REVISÃO**

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.131.075/0001-93, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pela Secretária de Saúde, Senhora **JULIANA NOGUEIRA DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 20.056.059-7 expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF de nº: 109.513.597-03, e de outro lado **INSTITUTO GNOSIS**, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, CNPJ nº 10.635.117/0001-03, com endereço na Avenida das Américas, 11889, sala 302, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.793-082, por seu representante legal, o sr. **MIGUEL VIEIRA DIBO**, portador da Cédula de Identidade nº 06.342.856-9, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 771.855.957-20, DORAVANTE denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente **TERMO ADITIVO N.º 04 DO CONTRATO DE GESTÃO N.º 18/2020 - SMS, VISANDO A SUA PRORROGAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO**, cuja celebração foi justificada e autorizada no processo administrativo nº 6000/2019, e que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal nº: 13.019/2014; Lei Federal nº: 8.666/1993 e suas alterações; Decreto Municipal nº: 158/2018 e suas alterações, observando ainda as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por **OBJETO A PRORROGAÇÃO, A REVISÃO E O REAJUSTE DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 18/2020 - SMS**, que tem por objeto a gestão das atividades e dos serviços de saúde, pela contratada, da Rede de Atenção Primária em Saúde e da Estratégia de Saúde da família no âmbito do Município de Maricá, em conformidade com a manifestação da contratada de fl. 2283, parecer da Procuradoria Geral do Município de fls. 2197/2223, justificativas de fls. 2195/2196, 2259/2264 e 3011/3015, parecer da Assessoria de Conformidade Processual à fls. 2265/2268 e 2287/2288, parecer da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de fls. 2272/2277, memória de cálculo de fls. 2276/2277 e 3014, além da solicitação de compras de fl. 2278, todos no processo administrativo nº 6000/2019

- a) Fica **PRORROGADA A VIGÊNCIA** do **CONTRATO DE GESTÃO Nº 18/2020 - SMS por 12 (doze) meses**, vigorando de **28/02/2024 até 27/02/2025**;
- b) **REVISÃO** de valores com o fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do **contrato de gestão nº 18/2020 - SMS**, que tem por objeto a alteração relativa ao valor do salário mínimo dos agentes de combate as endemias e agentes de combate à saúde, consoante Decreto Federal nº 11.864/2023 e Lei Federal 11.350/2006, com fundamento no art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, e nas justificativas apresentadas nos autos do processo administrativo 6000/2019;
- c) **REAJUSTE** no Índice **IPCA**, conforme cálculo de fl. 2269.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
www.marica.rj.gov.br

Parágrafo único: Estabelece-se como condição resolutive deste TERMO CONTRATUAL a homologação de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto contratual, mediante comunicação prévia em prazo não inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

O valor total para o presente Termo é de **R\$ 173.254.066,37 (cento e setenta e três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, sessenta e seis reais e trinta e sete centavos)**, conforme memória de cálculo de fls. 2276/2277 e 3014, além da solicitação de compras de fl. 2278.

Parágrafo Único. As despesas neste termo correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 20.02.10.301.0081.2157

Elemento de Despesa: 3.3.3.5.0.85.00.00.00;

Origem do Recurso: 1704;

Nota de Empenho: 0132/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas todas as demais cláusulas integrantes do **Contrato de Gestão nº 18/2020 - SMS**, desde que compatíveis com o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO E DO ENVIO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O extrato do presente termo será publicado no veículo oficial de publicação, observado o prazo legal.

Parágrafo Único. Será enviada cópia integral do presente termo aditivo ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo-se o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 124/09.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Maricá, 27 de fevereiro de 2024.

Pelo MUNICÍPIO:

Pela CONTRATADA:

MIGUEL VIEIRA

DIBO:7718559572

0

Assinado de forma digital por

MIGUEL VIEIRA

DIBO:77185595720

Dados: 2024.02.27 20:57:48

-03'00'

JULIANA NOGUEIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIA INTERINA DE SAÚDE

MIGUEL VIEIRA DIBO
INSTITUTO GNOSIS